

Fiscalidade de Seguros 01/01/2014

(aplicável a partir de 01 de Janeiro)

O presente documento tem natureza meramente informativa, de carácter necessariamente geral, e não constitui nem dispensa uma consulta apropriada junto dos profissionais competentes para o efeito

ÍNDICE

PESSOAS SINGULARES.....	2
I. Dedução dos Prémios de Seguro.....	2
1. Deduções à Colecta de IRS	2
1.1. Seguros de Vida – Risco e Capitalização – e de Acidentes Pessoais.....	2
1.2. Seguros de Saúde	2
1.3. Deduções relativas a pessoas com deficiência	3
1.4. Planos de Poupança-Reforma.....	3
2. Deduções à matéria colectável de IRS	6
2.1. Profissões de Desgaste Rápido	6
3. Quadro Resumo das Deduções à Colecta e Deduções à Matéria Colectável de IRS	6
II. Tributação dos Rendimentos de Seguros	7
1. Seguros de Vida	7
1.1. Rendimentos de Capital.....	7
1.2. Rendas Temporárias ou Vitalícias	8
1.3. Em Caso de Morte	9
2. Planos de Poupança Reforma.....	9
2.1. Rendimentos de Capital.....	9
2.2. Rendas Temporárias ou Vitalícias	11
2.3. Em Caso de Morte	11
3. - Quadro Resumo da Tributação do Rendimento dos Seguros	12
PESSOAS COLECTIVAS.....	13
I. Tributação dos Rendimentos de Seguros	13
II. Gastos do Exercício.....	13
1. Seguros Atribuídos a Título de Rendimentos do Trabalho	13
2. Seguros Atribuídos a Título de Outros Benefícios	13
3. Quadro Resumo dos Gastos Dedutíveis em IRC.....	15

PESSOAS SINGULARES

I. Dedução dos Prémios de Seguro

1. Deduções à Colecta de IRS

1.1. Seguros de Vida – Risco e Capitalização – e de Acidentes Pessoais

Não são dedutíveis à colecta de IRS os prémios de Seguros de Acidentes Pessoais e as importâncias aplicadas em Seguros de Vida, relativos ao sujeito passivo ou aos seus dependentes, salvo no caso de seguros de vida de deficientes, em que a dedução será aplicável nos termos indicados no ponto 1.3. infra¹.

(Cf. art. 97.º da Lei 55-A/2010, de 31 de Dezembro que revogou o art. 86.º n.º 1 do CIRS)

1.2. Seguros de Saúde

De acordo com a alteração ao artigo 74º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF) pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2012, **são dedutíveis à colecta de IRS 10%** dos prémios de **Seguros** que cubram exclusivamente os riscos de **saúde** relativos ao sujeito passivo ou aos seus dependentes, pagos por aquele ou por terceiros, desde que, neste caso, tenham sido comprovadamente tributados como rendimento do sujeito passivo, com os seguintes limites:

- **50 €** para sujeitos passivos não casados ou separados judicialmente de pessoas e bens;
- **100 €** para sujeitos passivos casados e não separados judicialmente de pessoas e bens;
- Mais **25 €**, sobre os limites supra indicados, por cada dependente a cargo do sujeito passivo.

Importa notar a este propósito, constando a dedução à colecta relativa aos seguros de saúde do Estatuto dos Benefícios Fiscais, daqui decorre **que os limites atrás referidos integram os limites globais para a dedução à colecta dos benefícios fiscais, estabelecidos no artigo 88.º do CIRS**, por força de cujo n.º 2., a soma dos benefícios fiscais dedutíveis à colecta “não pode exceder os limites constantes da seguinte tabela” em função do escalão de rendimentos do titular:

¹ São igualmente dedutíveis os prémios de seguro de vida efectuados no âmbito de profissões de desgaste rápido, desde que cumpridos determinados requisitos. Neste caso, estamos perante uma dedução ao rendimento à qual será aplicável nos termos referidos em 2.1. infra.

Escalão de rendimento colectável (euros)	Limite (euros)
Até 7 000	Sem limite
De mais de 7 000 até 20 000	100
De mais de 20 000 até 40 000	80
De mais de 40 000 até 80 000	60
Superior a 80 000	0

Art. 88.º CIRS (Redacção da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro)

Dado que, nos limites globais dos benefícios fiscais acabados de referir haverá que integrar, entre muitos outros, os montantes correspondentes a seguros de saúde e PPR's, daqui decorre que os limites individualmente previstos para cada um destes produtos serão, para escalões de rendimento colectável superiores a 7 000€, de pouca relevância.

(Cfr. art. 74º do Estatuto dos Benefícios Fiscais e art. 88º do CIRS)

1.3. Deduções relativas a pessoas com deficiência

São dedutíveis à colecta de **IRS 25%** da totalidade dos prémios de **Seguros de Vida** que garantam exclusivamente o risco de morte, invalidez ou reforma por velhice, neste último caso desde que o benefício seja garantido após os 55 anos de idade e 5 anos de duração do contrato.

No caso de contribuições pagas para reforma por velhice a dedução depende de o benefício ser garantido, após os 55 anos de idade e cinco anos de duração do contrato, ser pago por aquele ou por terceiros, e desde que, neste caso, tenham sido comprovadamente tributados como rendimento do sujeito passivo, com o limite de (euro) 65, tratando-se de sujeitos passivos não casados ou separados judicialmente de pessoas e bens, ou de (euro) 130, tratando-se de sujeitos passivos casados e não separados judicialmente de pessoas e bens.

Em qualquer dos casos, a dedução não pode exceder 15% da colecta de IRS.

Consideram-se pessoas com deficiência, aquelas que apresentem um grau de invalidez permanente, devidamente comprovado mediante atestado médico de incapacidade multiuso emitido nos termos da legislação aplicável, igual ou superior a 60%.

(Cf. art. 87.º do CIRS)

1.4. Planos de Poupança-Reforma

São dedutíveis à colecta de IRS, 20% dos valores aplicados em PPR por sujeito passivo não casado, ou por cada um dos cônjuges não separados judicialmente de pessoas e bens, com os seguintes limites máximos:

- a) € 400 por sujeito passivo com idade inferior a 35 anos;
- b) € 350 por sujeito passivo com idade compreendida entre os 35 e os 50 anos;
- c) € 300 por sujeito passivo com idade superior a 50 anos.

(Idade do sujeito passivo a 1 de Janeiro)

Não são dedutíveis à colecta de IRS:

- os valores aplicados pelos sujeitos passivos após a data de passagem à reforma;
- Os valores pagos e suportados por terceiros, exceto as entregas efetuadas pelas entidades empregadoras em nome e a favor dos seus trabalhadores.

Importa notar que os limites atrás referidos integram os limites globais para a dedução à colecta dos benefícios fiscais, estabelecidos no artigo 88.º do CIRS, por força de cujo n.º 2., a soma dos benefícios fiscais dedutíveis à colecta “não pode exceder os limites constantes da seguinte tabela” em função do escalão de rendimentos do titular:

Escalão de rendimento colectável (euros)	Limite (euros)
Até 7 000	Sem limite
De mais de 7 000 até 20 000	100
De mais de 20 000 até 40 000	80
De mais de 40 000 até 80 000	60
Superior a 80 000	0

Art,88.º CIRS (Redação da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro)

Dado que, nos limites globais dos benefícios fiscais acabados de referir haverá que integrar, entre muitos outros, os montantes correspondentes a seguros de saúde e PPR's, daqui decorre que os limites individualmente previstos para cada um destes produtos serão, para escalões de rendimento colectável superiores a 7 000€, de pouca relevância.

(Cfr. art. 21º do Estatuto dos Benefícios Fiscais e art. 88.º do CIRS)

Condições de reembolso:

1. Reforma por velhice ou idade igual ou superior a 60 anos da Pessoa Segura, ou do seu cônjuge quando o PPR constitua um bem comum do casal;
2. Desemprego de longa duração, incapacidade permanente para o trabalho ou doença grave da Pessoa Segura ou de qualquer membro do seu agregado familiar;
3. Morte do Participante, ou do seu cônjuge quando o PPR constitua um bem comum do casal;
4. Pagamento de prestações de crédito à aquisição de habitação própria e permanente (*Cf Lei n.º 57/2012, de 9 de Novembro, que procede à segunda alteração do DL n.º 158/2002, de 2 de julho*).

O reembolso só pode incidir sobre entregas efetuadas há, pelo menos, 5 anos a contar da data da aplicação das mesmas e nos casos previstos na lei, acima identificados. A exceção verifica-se, apenas, em caso de morte da pessoa segura.

Caso o PPR seja reembolsado fora destas condições, então, nos termos do artigo 21º, n.º 4 do Estatuto dos Benefícios Fiscais “a fruição do benefício da dedução à colecta fica sem efeito, devendo as importâncias deduzidas, majoradas em 10% por cada ano ou fração, decorrido desde aquele em que foi exercido o direito á dedução, ser acrescidas à colecta de IRS do ano da verificação dos factos, se aos participantes for atribuído qualquer rendimento ou for concedido o reembolso dos certificados, salvo em caso de morte do subscritor ou quando tenham decorrido, pelo menos, cinco anos a contar da respetiva entrega e ocorra qualquer uma das situações previstas na lei.”

A Administração Fiscal, por despacho do Ministro das Finanças, veio fixar uma orientação no sentido de também os valores investidos em PPR/E, no ano de 2006 e seguintes, poderem ser considerados para efeitos de dedução à colecta, desde que o respetivo reembolso não se efetue para fins de educação. Caso esta condição não seja respeitada, haverá lugar à aplicação das penalizações acima indicadas aquando do reembolso.

(Cf. art. 88º do CIRS, art. 21.º do EBF e D.L. n.º 158/2002, 2 de Julho)

2. Deduções à matéria colectável de IRS

2.1. Profissões de Desgaste Rápido ²

Os sujeitos passivos que desenvolvam profissões de desgaste rápido – praticantes desportivos definidos em diploma regulamentar, mineiros e pescadores – deduzem ao seu rendimento, até à sua concorrência com o limite de cinco vezes o valor do IAS, os prémios de **Seguros de Doença**, **Seguros de Acidentes Pessoais** e **Seguros de Vida** que garantam exclusivamente os riscos de morte, invalidez ou reforma por velhice, neste último caso desde que o benefício seja garantido após os 55 anos de idade, desde que os referidos seguros não garantam o pagamento de quaisquer capitais em vida durante os primeiros cinco anos de vigência do contrato, nem se verifique esse pagamento, durante esse período.

(Cf. art. 27.º do CIRS)

3. Quadro Resumo das Deduções à Colecta e Deduções à Matéria Colectável de IRS

Dedução à Colecta de Prémios de Seguros de Risco				
Produtos	Percentagem dos Prémios Dedutíveis à Colecta	Limites Máximos		
		Não Casados	Por Casal	Majorações
Seguros de Vida Pessoas com deficiência	25%	15% da colecta do IRS		
Seguros de Doença	10%	50,00 €	100,00 €	25,00 € por cada dependente a cargo
Seguros de Acidentes Pessoais Seguros Vida * Seguros de Doença de sujeitos passivos que desenvolvam profissões de desgaste rápido	Dedução à matéria colectável, até à sua concorrência com o limite de cinco vezes o valor do IAS, ou seja, € 419,22 X 5 = € 2.096,10			

* **Seguros de Vida** que garantam exclusivamente os riscos de morte, invalidez ou reforma por velhice, neste último caso desde que o benefício seja garantido após os 55 anos de idade, desde que os referidos seguros não garantam o pagamento de quaisquer capitais em vida durante os primeiros cinco anos de vigência do contrato, nem se verifique esse pagamento, durante esse período.

² Este regime não se aplica aos praticantes desportivos que tiverem optado pelo regime fiscal estabelecido no art. 3.º-A do DL n.º 442-A/88, de 30/11.

Dedução à Colecta de Prémios de PPR *		
Idade do sujeito passivo em 1 de Janeiro	Percentagem dos prémios	Limite máximo por sujeito passivo não casado
Inferior a 35 anos	20%	400€
Entre 35 e 50 anos		350€
Superior a 50 anos		300€
Não são dedutíveis os valores aplicados por sujeitos passivos reformados.		

* **Importa notar que os limites atrás referidos para seguros de Doença e para PPR's integram os limites globais para a dedução à colecta dos benefícios fiscais, estabelecidos no artigo 88º do CIRS**, por força de cujo n.º 2., a soma dos benefícios fiscais dedutíveis à colecta “não pode exceder os limites constantes da seguinte tabela” em função do escalão de rendimentos do titular:

Escalão de rendimento colectável (euros)	Limite (euros)
Até 7 000	Sem limite
De mais de 7000 até 20 000	100
De mais de 20 000 até 40 000	80
De mais de 40 000 até 80 000	60
Superior a 80 000	0

Art.º 88.º CIRS (Redacção da Lei n.º66-B/2012, de 31 de Dezembro)

Assim sendo, os limites individualmente previstos para seguros de saúde e PPR's serão, para escalões de rendimento colectável superiores a 7 000€, de pouca relevância.

II. Tributação dos Rendimentos de Seguros

1. Seguros de Vida

1.1. Rendimentos de Capital

Os rendimentos dos **Seguros de Vida**, determinados pela diferença positiva entre os montantes recebidos e os respetivos prémios pagos ou importâncias investidas, são considerados rendimentos de capitais (categoria E).

A tributação, em sede de IRS, dos rendimentos dos **Seguros de Vida** de titulares residentes, cujo montante dos prémios pagos na primeira metade da vigência dos respetivos contratos de seguro representem, pelo menos, 35% da totalidade dos prémios, varia em função do tempo decorrido entre a data início do contrato e a data em que os rendimentos são colocação à disposição dos seus titulares:

- se o contrato durar mais de **8 anos**, a tributação incide apenas sobre dois quintos (**40%**) dos rendimentos auferidos;

- se o contrato durar **entre 5 anos e 1 dia e até 8 anos**, a tributação incide sobre quatro quintos (**80%**) dos rendimentos auferidos;
- se o contrato durar **até 5 anos**, a tributação incide sobre a totalidade (**100%**) dos rendimentos auferidos.

(Cf. n.º 3 do art. 5.º do CIRS)

Caso o montante dos prémios pagos na primeira metade da vigência dos respetivos contratos de seguro representem menos de 35% da totalidade dos prémios, a tributação incide sobre a totalidade (100%) dos rendimentos auferidos.

Ao valor sujeito a tributação em IRS aplica-se a taxa liberatória de 28% (Cf. artigo 71º, n.º 1, alínea c).

Os beneficiários de Seguros de Vida que tenham residência na Região Autónoma dos Açores beneficiam de uma redução de 20% nas respetivas taxas de tributação.

Assim, a **tributação efetiva** dos rendimentos dos seguros cujos titulares tenham residência fiscal em Portugal Continental ou nas Regiões Autónomas é a seguinte:

Duração do Contrato	IRS Taxa efetiva	
	Titulares Residentes no Continente ou na Região Autónoma da Madeira	Titulares Residentes na Região Autónoma dos Açores
Mais de 8 anos	11,2%	8,96%
Mais de 5 e até 8 anos	22,4%	17,92%
Até 5 anos	28%	22,4%

1.2. Rendas Temporárias ou Vitalícias

Determinação do valor tributável da renda

Os rendimentos de **Seguros de Vida** recebidos a título de Renda Temporária ou Vitalícia são considerados rendimentos de pensões (categoria H), determinando-se o valor tributável da seguinte forma:

- Quando a renda compreende importâncias pagas a título de reembolso de capital e como tal qualificadas, ao valor da renda deduz-se a parte correspondente ao capital;
- Quando a parte correspondente ao capital não puder ser discriminada, ao valor da renda abate-se uma importância igual a 85%.

A dedução da parte correspondente ao capital apenas pode ser aplicável aos prémios pagos pelo próprio ou aos que forem pagos pela entidade patronal,

neste último caso, desde que efetivamente tributados na esfera do trabalhador.

(Cf. art. 11.º e art. 54.º do CIRS)

Dedução específica – Regra Geral:

Se o beneficiário reúne os requisitos de acesso à situação de reforma, segundo o regime de Segurança Social aplicável, aos rendimentos brutos da categoria H de valor anual igual ou inferior a 72% de 12 vezes o valor do IAS*, ou seja € 4.104,00, deduz-se, até à sua concorrência, a totalidade do seu quantitativo por cada titular que os tenha auferido.

**(Se superior, deve considerar-se o valor do Salário Mínimo Nacional - SMN - em vigor em 2010, ou seja, € 475)*

(Cf. n.º 1 do art.º 53.º do CIRS)

Os rendimentos brutos da categoria H de valor anual superior a € 22.500, por titular, têm uma dedução igual ao montante referido no n.º 1 ou 4 do artigo 53º do CIRS, consoante os casos, abatido, até à sua concorrência, de 20% da parte que exceda aquele valor anual.

(Cf. n.º 5 do art.º 53.º do CIRS)

A dedução específica não é aplicável às rendas temporárias e vitalícias constituídas pelo próprio.

Nestes termos, só há lugar a esta dedução quando as rendas temporárias ou vitalícias constituem prestações a cargo de companhias de seguros, fundos de pensões, ou quaisquer outras entidades, devidas no âmbito de regimes complementares de segurança social em razão de contribuições da entidade patronal, e que não sejam consideradas rendimento de trabalho dependente.

(Cf. n.º 7 do art.º 53.º do CIRS)

1.3. Em Caso de Morte

Em caso de falecimento da Pessoa Segura, os créditos provenientes dos seguros de vida, a receber pelos beneficiários, não estão sujeitos a Imposto do Selo.

2. Planos de Poupança Reforma

2.1. Rendimentos de Capital

Os rendimentos de **PPR** determinados pela diferença entre os montantes recebidos e os respetivos prémios pagos ou importâncias investidas, são considerados rendimentos de capitais e são tributados, mesmo nos casos de reembolso por morte da Pessoa Segura, de acordo com as regras aplicáveis à Categoria E de IRS, sendo a tributação autónoma efetuada à taxa de 20%.

No momento do reembolso, parcial ou total, os rendimentos apurados dos PPR, pagos sob a forma de capital, serão tributados de acordo com o ano em que ocorreu a respetiva entrega a uma taxa efetiva de:

- 4% para titulares residentes no Continente ou na Região Autónoma da Madeira (3,2% na Região Autónoma dos Açores) para entregas efetuadas até 31/12/2005
- 8% para titulares residentes no Continente ou na Região Autónoma da Madeira (6,4% na Região Autónoma dos Açores) para entregas efetuadas a partir de 01/01/2006.

Este regime só se aplica às situações de reembolso tipificadas na lei, ou seja::

1. Reforma por velhice ou idade igual ou superior a 60 anos da Pessoa Segura, ou do seu cônjuge quando o PPR constitui um bem comum do casal quando já tenham decorrido cinco (5) anos após a data da entrega ou, caso contrário, desde que a 1ª entrega tenha sido efetuada há mais de cinco (5) anos e, pelo menos, 35% da totalidade das entregas tenham sido efetuadas na 1ª metade de vigência do contrato;
2. Desemprego de longa duração, incapacidade permanente para o trabalho ou doença grave da Pessoa Segura ou de qualquer membro do seu agregado familiar, quando a pessoa em cujas condições se funde o pedido de reembolso não se encontrasse, à data de cada entrega, na respetiva situação, caso em que o reembolso só pode ocorrer quando já tenham decorrido cinco (5) anos após a data da entrega ou, caso contrário, desde que a 1ª entrega tenha sido efetuada há mais de cinco (5) anos e, pelo menos, 35% da totalidade das entregas tenham sido efetuadas na 1ª metade de vigência do contrato.
3. Em caso de morte da Pessoa Segura ou do seu cônjuge, nos termos previstos na lei;
4. Pagamento de prestações vencidas, incluindo capital, juros remuneratórios e moratórios, comissões e outras despesas conexas com o crédito à habitação, bem como de cada prestação vincenda, à medida e na data em que esta se venha a vencer, de contratos de crédito, quando já tenham decorrido cinco (5) anos após a data da entrega ou, caso contrário, desde que a 1ª entrega tenha sido efetuada há mais de cinco (5) anos e, pelo menos, 35% da totalidade das entregas tenham sido efetuadas na 1ª metade de vigência do contrato.

Fora destas situações, será aplicada a taxa de tributação autónoma de 21,5%, de acordo com as regras aplicáveis aos rendimentos da categoria E do IRS, incluindo as regras de exclusão de tributação dos seguros de vida, ou seja, à taxa de tributação efetiva de: 21,5% durante os primeiros 5 anos ou quando na primeira metade de vigência do contrato não tenham sido pagas, pelo menos, 35% da totalidade das entregas; ou, 17,2% entre o quinto e o oitavo ano e 8,6% a partir do oitavo ano, desde que, nestes casos, pelo menos, 35% da totalidade das entregas tenha sido efetuada na primeira metade de vigência do contrato.

Caso o PPR/E seja reembolsado para fins de educação e esse reembolso incida sobre entregas efetuadas a partir de 01/01/2006, será aplicado o regime de tributação indicado no § anterior.

(Cf. art. 21.º do EBF, art. 4.º do DL n.º 158/2002, de 2 de Julho e art. 55.º, n.º 3 da Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro – Orçamento de Estado para 2006)

2.2. Rendas Temporárias ou Vitalícias

Os rendimentos de **PPR** pagos sob a forma de Renda, são considerados rendimentos de pensões para efeitos de IRS e são tributados de acordo com as regras aplicáveis a esses rendimentos nos termos previstos, neste Capítulo, Secção 1.2 – *Rendas Temporárias ou Vitalícias*.

(Cf.art. 21.º do EBF)

2.3. Em Caso de Morte

Em caso de falecimento da Pessoa Segura, os créditos provenientes de **PPR**, **PPE** e **PPR/E** a favor dos beneficiários não estão sujeitos a Imposto do Selo.

3. - Quadro Resumo da Tributação do Rendimento dos Seguros

Tributação dos Seguros			
Produtos	IRS		Imposto do Selo
	Rendimento de capitais	Rendimento de Rendas	
Seguros de Vida	<p>Sobre o rendimento gerado: > 8 anos: 11,2% de IRS quando, pelo menos, 35% dos prémios tenham sido pagos na primeira metade do contrato;</p> <p>> 5 a 8 anos: 22,4% de IRS quando, pelo menos, 35% dos prémios tenham sido pagos na primeira metade do contrato;</p> <p>≤ 5 anos ou menos de 35% dos prémios pagos na primeira metade de vigência do contrato: 28% de IRS.</p>	<p>1. Determinação do valor tributável <i>Separação entre capital e rendimento</i></p> <p>2. Dedução específica <i>Se o beneficiário reúne os requisitos de acesso à situação de reforma, segundo o regime de Segurança Social aplicável, aos rendimentos brutos da categoria H de valor anual igual ou inferior a 72% de 12 vezes o valor do SMN (em vigor em 2010), ou seja €4.104,00, deduz-se, até à sua concorrência, a totalidade do seu quantitativo por cada titular que os tenha auferido.</i></p> <p><i>Os rendimentos brutos da categoria H de valor anual superior a € 22.500, por titular, têm uma dedução igual ao montante referido nos n.º 1 ou 4 do artigo 53º do CIRS, consoante os casos, abatido, até à sua concorrência, de 20% da parte que exceda aquele valor anual.</i></p> <p><i>Esta dedução não é aplicável no caso de a renda ser adquirida com contribuições do próprio.</i></p>	Não sujeito
PPR (dentro das condições legalmente definidas)	<p>Sobre o rendimento gerado: 8% de IRS (ou, 4%, para entregas até 31.12.2005)</p>	<p>3. Tributação <i>Por retenção na fonte segundo as tabelas aplicáveis aos rendimentos de pensões. Englobamento obrigatório</i></p>	
PPR (fora das condições legalmente definidas)	<p>Sobre o rendimento gerado: > 8 anos: 8,6% de IRS quando, pelo menos, 35% dos prémios tenham sido pagos na primeira metade do contrato</p> <p>> 5 a 8 anos: 17,2% de IRS quando, pelo menos, 35% dos prémios tenham sido pagos na primeira metade do contrato</p> <p>≤ 5 anos ou menos de 35% dos prémios pagos na primeira metade de vigência do contrato: 21,5% de IRS</p>		

Nota:

Aos rendimentos dos contratos de seguro celebrados após 31 de Dezembro de 1990 e antes de 1 de Janeiro de 2001 aplicar-se-á a taxa liberatória de 28%, mas mantendo-se as exclusões totais ou parciais de rendimentos previstas no CIRS em função da data de início da apólice, quer relativamente aos prémios pagos até essa data, quer relativamente às entregas periódicas inicialmente contratadas, ainda que pagas a partir de Janeiro de 2001, desde que o prazo inicial do contrato não tenha sido prorrogado.

(cf. art. 3.º da Lei 30-G/2000, de 29 de Dezembro de 2000)

PESSOAS COLECTIVAS

I. Tributação dos Rendimentos de Seguros

No apuramento do valor sujeito a retenção na fonte dos rendimentos dos **Seguros de Vida** em benefício de sujeitos passivos de IRC, aplicam-se as exclusões de tributação e regras previstas no n.º 3 do art. 5.º do CIRS.

Ao valor sujeito a retenção na fonte em sede de IRC aplica-se a taxa de 25% (Cf. art.º 94.º, n.º 4 do CIRC).

Os beneficiários de Seguros de Vida, sujeitos passivos de IRC que tenham sede ou direção efetiva na Região Autónoma dos Açores, beneficiam de uma redução de 30% nas respetivas taxas de retenção na fonte (Cf. art.º 5.º n.º 1 do DLR n.º 2/99/A, de 20/1).

Assim, as **taxas de retenção na fonte** dos rendimentos dos seguros cujos beneficiários sejam sujeitos passivos de IRC, são as seguintes:

Duração do Contrato	IRC	
	Taxa de retenção na fonte	
	Sede ou direção efetiva no Continente ou na Região Autónoma da Madeira	Sede ou direção efetiva na Região Autónoma dos Açores
Mais de 8 anos	10%	7%
Mais de 5 e até 8 anos	20%	14%
Até 5 anos	25%	17,5%

II. Gastos do Exercício

1. Seguros Atribuídos a Título de Rendimentos do Trabalho

Os montantes despendidos pela entidade patronal em **Seguros e Operações do Ramo Vida, PPR, PPE e PPR/E, Seguros de Doença e Acidentes Pessoais**, a favor dos seus trabalhadores, quando constituam rendimentos do trabalho dependente e, conseqüentemente, tenham sido tributados em sede de IRS, são considerados, sem limite, gastos do período de tributação.

(Cf. art. 2.º do CIRS e art. 23.º do CIRC)

2. Seguros Atribuídos a Título de Outros Benefícios

Os montantes despendidos pela entidade patronal em **Seguros de Vida³, Seguros de Saúde e Seguros de Acidentes Pessoais** a favor dos seus trabalhadores, quando não sejam considerados rendimentos do trabalho dependente, são aceites como gasto dedutível da empresa, desde que sejam

observados os requisitos definidos no artigo 43º do CIRC e não excedam, anualmente, os seguintes limites:

- (a) **15%** das despesas suportadas com o pessoal (remunerações, ordenados ou salários do exercício), se os seguros forem atribuídos a trabalhadores **com direito** a pensões da Segurança Social;
- (b) **25%** das despesas com o pessoal se os referidos seguros forem atribuídos a trabalhadores **sem direito** a pensões da Segurança Social.

Os referidos limites podem ser superiores em determinadas condições.

(Cf. artº. 43.º do CIRC)

³ Seguros de vida que garantam, exclusivamente, o benefício de reforma, pré-reforma, complemento de reforma, invalidez ou sobrevivência.

3. Quadro Resumo dos Gastos Dedutíveis em IRC

GASTOS DEDUTÍVEIS EM IRC	
Seguros do Ramo Vida e PPR, Seguros de Doença e Seguros de Acidentes Pessoais	Os valores despendidos pela empresa com os prémios destes seguros são, ao abrigo do artigo 23.º do CIRC, considerados gastos do período de tributação, sem limite, desde que constituam rendimentos do trabalho dependente.
Seguros de Doença, Acidentes Pessoais e Seguros de Vida*	Nos termos e condições definidas no artigo 43.º do CIRC, consideram-se gastos do período de tributação, até ao limite de 15% das despesas com pessoal escrituradas a título de remuneração, os suportados com contratos de seguro de doença e de acidentes pessoais, bem como com contratos de seguro de vida*. Este limite é elevado para 25%, se os trabalhadores não tiverem direito a pensões da segurança social.

*seguros de vida que garantam, exclusivamente, o benefício de reforma, pré-reforma, complemento de reforma, invalidez ou sobrevivência